ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, PADRÕES DE COMPORTAMENTO INFRACIONAL E TRAJETÓRIA DA CONDUTA DELITUOSA: UM MODELO EXPLICATIVO NA PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTAL.

Marina Rezende Bazon¹
André Vilela Komatsu²
Ivana Regina Panosso³
Ruth Estevão⁴

ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTAL.

Resumo

Um dos desafios a ser enfrentado para a instalação de condições apropriadas de aplicação e de execução das medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a Lei é o de dispor de referenciais teórico-metodológicos específicos, suficientemente robustos, testados para a nossa realidade. No presente trabalho, o objetivo é o de apresentar o referencial da Criminologia Desenvolvimental e o da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta na Adolescência, tendo em vista os aportes que fazem à compreensão do fenômeno e, por conseguinte, ao enfrentamento desse desafio. Esses referenciais estão sendo utilizados para o desenvolvimento de um conjunto de investigações no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP), do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, na Universidade de São Paulo, com vistas à validação do modelo à nossa realidade. As pesquisas são também sucintamente apresentadas. Destaca-se que os estudos em Criminologia Desenvolvimental evidenciam, em diferentes sociedades, que a maioria dos adolescentes comete pequenos delitos. Aponta-se que o desafio, portanto, é identificar um subgrupo cujo padrão de comportamento infracional é preocupante, composto pelos jovens que a literatura denomina por persistentes. Com base nos estudos das trajetórias das condutas infracionais, proposições teóricas mais elaboradas foram desenvolvidas, em meio às quais figura a Teoria destacada. Esta estabelece a existência de mecanismos relacionados à produção e à manutenção da conduta no tempo: os vínculos, o alocentrismo, os circunscritores e os modelos. As interações recíprocas entre esses, moduladas por variáveis de contexto, produziriam a regulação, no sentido de desencadear/manter o comportamento infracional ou no de fazer cessar.

¹ Doutora em Psicologia,
Universidade de São Paulo

² Bacharel em Psicologia,
Universidade de São Paulo

³ Mestre em Psicologia,
Universidade de São Paulo

⁴ Doutora em Criminologia,
Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a Lei. Padrões de comportamento infracional. Trajetórias. Perspectiva desenvolvimental.

ABSTRACT

One of the challenges to be faced for the installation of appropriate conditions to choose and to execute the judicial measures and educational follow for juvenile offenders is have a specific theoretical and methodological referential, sufficiently robust, tested on our reality. In this study, the aim is to introduce the referential of Developmental Criminology and the Theory of Social and Personal Control (Regulation) of the Conduct in Adolescence, in view of the contributions they make to the understanding of the phenomenon and, therefore, to facing this challenge. These referential are being used for the development of many investigations in the context of the Group of Studies and Research in Development and Psychosocial Intervention (GEPDIP), Department of Psychology, in the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, University of Sao Paulo, with a view to validating the model to our reality. The researches are briefly presented. The studies in Developmental Criminology shows, in different societies, that the most of teens commit minor offenses. It is pointed out that the challenge therefore is to identify a subgroup whose pattern of serious offending behavior, consisting on young that the literature calls for persistent. Based on studies of trajectories of infracional conduct, more elaborate theoretical propositions were developed, among whom figure highlighted The Control Theory by Marc Le Blanc. This establishes the existence of mechanisms related to activation and maintenance of the conduct in time: the links, the allocentrism, the circunscritores and the models. The reciprocal interactions between these, modulated by context variables, would produce the regulation (control), in order to trigger / maintain offending behavior or to finish it.

Key-words: Young on justice system, Deviant behavior patterns, Trajectories, Developmental approach.

Embora haja progressos, muitos são, ainda, os desafios a serem enfrentados visando à instalação de condições apropriadas de aplicação e de execução das medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a Lei (ASSIS e CONSTANTINO, 2005). Destaca-se aqui um ponto que julga-se bastante relevante: o de dispor de referenciais teórico-metodológicos específicos, suficientemente robustos, testados para a nossa realidade, com capacidade de orientar as ações de intervenção jurídicas e psicossociais, inclusive para que sua eficácia possa ser avaliada no plano individual (no de cada adolescente beneficiado), bem como no da sociedade (concernindo às políticas públicas desenvolvidas).

Contribuir para a superação desse desafio é um dos eixos em torno dos quais organizam-se as atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária do Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP), do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Nesse contexto, dedica-se à missão de colaborar para a compreensão do fenômeno da prática de delitos na adolescência e com o desenvolvimento de metodologias de avaliação e de intervenção jurídico-sociais. Para tanto, tem-se adotado, de modo privilegiado, referenciais ancorados na abordagem conhecida como Criminologia Desenvolvimental e, especialmente, na Teoria denominada Regulação Social e Pessoal da Conduta na Adolescência, o que tem sido experimentado e testado por meio de pesquisas empíricas no grupo.

O objetivo do presente artigo é apresentar esses referenciais, discorrendo, brevemente, sobre a história de sua elaboração e explicar sobre seus principais aportes, bem como sobre algumas das pesquisas desenvolvidas no GEPDIP, sob esse enfoque, sublinhando os principais resultados obtidos até aqui.

A CRIMINOLOGIA DESENVOLVIMENTAL

Terrie Moffitt, Gerald Patterson, David Farrington, Ralf Loeber e Marc Le Blanc, entre outros, são os representantes mais significativos desta orientação teórica que se preocupa com as mudanças no comportamento infracional/criminoso, ao longo do tempo, destacando a relevância do fator idade e da curva da idade para a compreensão do fenômeno. Nessa perspectiva, propõe-se, de modo geral, uma análise dinâmica e longitudinal do comportamento delitivo, inserido no curso vital do indivíduo e em suas muito distintas/mutantes etapas, com vistas a descrever sua gênese, curso e desenvolvimento.

A influência mais remota dessa orientação teórica, remonta aos anos 20 (no século 20), a Cyril Burt e ao seu estudo sobre adolescentes infratores, passando pelos estudos das “carreiras criminosas”, especialmente o desenvolvido por Sheldon e Eleanor Glueck, publicado nos anos 50, envolvendo também adolescentes e um delineamento longitudinal, por meio do qual demonstrou-se muito claramente a relação idade e “crime” (JENSSEN, 2003).

Boa parte dos estudos em Criminologia Desenvolvidamental focam a adolescência por essa ser considerada uma etapa especialmente crítica ao aparecimento e ao desenvolvimento da conduta infracional. Em muitas das pesquisas com esse enfoque, pôde-se demonstrar, numa primeira instância, que a adolescência se apresenta como um momento da vida do indivíduo em que se concentram comportamentos socialmente divergentes, sendo que a conduta de violação à lei aparece como parte de um processo estatisticamente normativo (LE BLANC, 2003; VASSALO *et al.*, 2002; BARBERET *et al.*, 2004).

Na esteira do paradigma da Psicopatologia do Desenvolvimento, cujos primeiros aportes são também da década de

50, a Criminologia Desenvolvidora buscou afastar-se das tradicionais proposições etiológicas unidimensionais e estáticas atinentes às perturbações comportamentais, tomando para si um modelo de complexidade, à luz do qual passou-se às investigações sobre o comportamento de infringir leis. Com isso, de um lado, a conduta delituosa começou a ser concebida como uma síndrome, assumindo a posição de resultado decorrente da associação de um conjunto de variáveis biológicas, psicológicas e sociais, interagindo entre si sinergicamente. De outro lado, o foco de análise principal passa a ser a continuidade e a descontinuidade do comportamento infracional, no tempo, seu aparecimento e desaparecimento (desistência) e os padrões de comportamento infracional observáveis.

Desde então, sobretudo ao longo das décadas de 80 e 90, inúmeros estudos foram implementados em diferentes países. Sob essa ótica e segundo France e Homel (2007), essa produção é a que trouxe maior contribuição para o entendimento das relações entre a conduta delituosa e uma ampla gama de fatores que variam ao longo do curso da vida.

Principais aportes

Estudos empíricos, junto a amostras significativas e representativas da população adolescente, em diversas realidades socioculturais, baseadas no método da autorrevelação, encontraram que, efetivamente, a grande maioria dos adolescentes comete algum tipo de delito nesse período da vida, confirmando a normalidade do fenômeno (LE BLANC, 2003; FARRINGTON *et al*, 2006). Para essa maioria de adolescentes, a atividade infracional seria ocasional, inserida em um contexto de vida de desrespeito à lei e às regras sociais, mais propriamente motivada pela busca de prazer e de excitação (tendendo, porém, a cessar espontaneamente ainda na própria adolescência). Essa passou a ser denominada *delinquência comum*.

As pesquisas denotaram, todavia, que uma pequena proporção de adolescentes apresentaria o que se convencionou chamar *delinquência persistente*, cujo início seria precoce, a atividade infracional frequente e diversificada, usualmente incluindo delitos contra a pessoa, e agravando-se no tempo. Os jovens desse grupo apresentariam maior probabilidade de persistir na prática de atos infracionais, mesmo após a adolescência e, apesar de serem minoria, seriam responsáveis por um volume considerável de delitos (cerca de 50% dos delitos registrados como sendo de autoria de menores de idade) (FRÉCHETTE e LE BLANC, 1987; LE BLANC, 2003).

Segundo Le Blanc (2003), é importante considerar que esse grupo “persistente” tenderia a estar super-representado no judiciário, onde as proporções geralmente encontradas entre a delinquência comum e a persistente se inverteriam, contaminando a opinião pública e os próprios operadores do Direito sobre a magnitude do problema do envolvimento de adolescentes infratores.

A chamada delinquência persistente se associaria ao constructo de “engajamento infracional/criminal”, relativo aos processos relacionados à manutenção da conduta delituosa no tempo. Vale frisar que a preocupação em estudar o “engajamento criminal”, por meio da identificação de padrões condutuais de infratores é antiga (LE BLANC e FRÉCHETTE, 1989; LE BLANC, 2002; VASSALO *et al*, 2002), e ainda se constitui em um dos maiores interesses dos pesquisadores da área na medida em que, conforme o mencionado, nessa perspectiva, o fenômeno relevante não se refere ao fato de os adolescentes cometerem ou não atos infracionais, mas sim ao fato de um subgrupo apresentar uma conduta infracional que se mantém no tempo (CARRINGTON, MATARAZZO e de SOUZA, 2005; ZARA e FARRINGTON, 2009; PIQUERO *et al*, 2010).

É preciso considerar que a tipologia delinquência comum e delinquência persistente - alcunhada pelos teóricos da Criminologia Desenvolvimental - oferece uma poderosa função organizadora, com

importantes implicações para a teorização e para a pesquisa sobre as causas do engajamento infracional/criminal. Para infratores cuja atividade delituosa esteja limitada aos anos da adolescência, os fatores causais podem ser proximais, específicos ao período de desenvolvimento do adolescente, e a elaboração teórica deve concentrar-se na explicação da descontinuidade da conduta delituosa em suas vidas. Em contraste, para aqueles cuja conduta atravessa a etapa da adolescência, uma teoria do comportamento infracional deve buscar por fatores causais em meio a uma gama complexa de variáveis associadas ao fenômeno, ao longo do tempo, visando explicar a continuidade do comportamento em suas vidas (MOFFIT, 1993; LEBLANC, 2003).

As características principais que serviram para definir os dois grupos seriam os momentos (*timing*) e a duração do envolvimento com as práticas de delitos. Moffit (1993) argumenta, nesse plano, que é certo que cada sujeito seja diferente individualmente, mas defende que os dados longitudinais confirmam a existência tipológica que surge nos estudos epidemiológicos.

Diante das inúmeras constatações relativas às diferenças nos padrões condutuais de adolescentes em conflito com a Lei, pesquisadores concluíram sobre a necessidade de ultrapassar as análises descritivas atinentes à delimitação desses, e passaram a se dedicar à identificação dos mecanismos e processos subjacentes à continuidade do comportamento infracional, ou seja, à conduta persistente. Adotando-se a perspectiva desenvolvimental, opôs-se, conforme o mencionado, ao determinismo estático e atemporal das teorias tradicionais (criminológicas ou psicológicas/psiquiátricas), que fixam num determinado momento da vida do indivíduo (geralmente, muito precoce) a influência dos fatores etiologicamente relevantes, geralmente concebidos como pouco inalteráveis. A visão desenvolvimental, ao contrário, pressupôs que tais fatores assumem papel mais ou menos relevante a depender da própria etapa da vida do

indivíduo, experimentando mudanças substanciais com o passar do tempo ou as vivências pessoais daquele. Propõe, por isso, um enfoque dinâmico atento às “mudanças intraindividuais temporais” (MOLINA e GOMES, 2007).

Com esse foco, um dos primeiros estudos nessa direção foi implementado na realidade canadense, com uma amostra de centenas de adolescentes, recrutados na população e também junto ao sistema judiciário da cidade de Montreal (LE BLANC e FRÉCHETTE, 1989). Os autores se propuseram a estudar o desenvolvimento da atividade infracional a partir do princípio ortogenético de Werner (1957, apud LE BLANC e FRÉCHETTE, 1989, p. 99), que diz: sempre que ocorre desenvolvimento, “ele ocorre de um estágio de relativa globalidade e falta de diferenciação para um estado de crescente diferenciação, articulação e integração hierárquica”. Com isso, detectaram três importantes processos dinâmicos envolvidos no desenvolvimento do comportamento delituoso e, portanto, na sua diferenciação: ativação, agravamento e desistência.

A ativação diz respeito à forma como a atividade infracional inicial é estimulada e de que maneira sua persistência é mantida. Uma vez que este processo se inicia, a atividade delituosa é marcada por uma alta frequência, duração e variedade, quanto mais precoce for seu início. Esse processo tem base em três mecanismos inter-relacionados: aceleração, estabilização e diversificação.

A aceleração se refere à relação entre precocidade e frequência. Aqueles que iniciam a atividade criminal cedo alcançam níveis de frequência até quatro vezes maior do que os que começam mais tarde. Para alguns tipos de delitos, como furto e roubo, a precocidade é o melhor preditor da frequência, sendo estatisticamente significativa a correlação entre essas duas variáveis.

A estabilização se refere à conexão entre precocidade e duração da permanência da atividade infracional. Quanto mais cedo iniciar, maior a tendência de o adolescente se manter na atividade delituosa.

E a diversificação é o grau de variedade dos atos criminais, levando-se em conta a precocidade. Há uma relação positiva entre o número de diferentes delitos cometidos e a precocidade do primeiro delito. Esses mecanismos significam que quanto mais cedo se inicia a delinquência, maior a chance de ela ser frequente, variada e de longa duração.

O agravamento é definido como “a tendência do infrator em caminhar na direção dos tipos mais graves de delitos” (BLUMSTEIN *et al*, 1986 *apud* LE BLANC e FRÉCHETTE, 1989, p. 89), ou seja, o agravamento refere-se ao fato de as formas de atividade delituosa irem das pequenas infrações aos mais graves crimes contra a pessoa, à medida em que o infrator vai ficando mais velho.

Por último, a desistência remeteria a um processo dependente da variedade, gravidade e frequência da atividade infracional/criminal, ao qual estariam subjacentes três mecanismos: desaceleração, especialização e culminação. A desaceleração refere-se à diminuição observada na frequência de atos infracionais nos anos que precedem a desistência. A especialização diria respeito ao fato de o indivíduo concentrar-se em formas específicas de crimes o que, portanto, implica na diminuição da variedade, tendo-se também constatado que a variedade de delitos diminui nos anos que precedem a desistência do agir delituoso, o que significa dizer que a especialização precede a desistência. Por fim, a culminação, termo relativo à idéia de alcançar um limite, refere-se à situação na qual o infrator, tendo alcançado um alto nível de gravidade no crime, permaneceria estável neste, por um tempo, antes de cessar.

A elucidação dos processos relativos ao engajamento criminal permitiu verificar a existência do desenvolvimento da atividade infracional, uma vez que a sequência desenvolvimental de comportamentos pôde ser observada, assim como os inúmeros fatores associados à manutenção da conduta no tempo, os quais também se modificariam dinamicamente no tempo (LE BLANC e FRÉCHETTE,

1989; LE BLANC, 2002). Com base nisso, Loeber e Le Blanc (1990) Le Blanc e Loeber (1998) e Loeber *et al* (2007) passaram a defender que as dinâmicas relativas ao comportamento delituoso não seriam dados aleatórios, mas características ordenadas e previsíveis que comporiam trajetórias de desenvolvimento da conduta.

Outros estudos, buscando realizar a descrição das trajetórias das condutas delituosas, consolidaram a noção de que a possibilidade de distinção dos adolescentes infratores em termos de engajamento infracional/criminal é muito importante, pois proporciona mais elementos para a compreensão do funcionamento desses e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de planos de prevenção e de intervenção mais ajustados a cada adolescente e, por isso, mais eficazes (VASSALO *et al*, 2002; FARRINGTON *et al*, 2006; BOERS *et al*, 2010; PIQUERO *et al*, 2010).

Tremblay e Nagin (2005, p. 875-876), todavia, indicam que o conceito de trajetórias desenvolvimentais impõe grandes desafios aos pesquisadores:

O desafio de estudar trajetórias desenvolvimentais é particularmente grande porque requer que se descreva e se explique o comportamento através do tempo. A diferença entre fotografia e cinema dá dimensão da importância deste desafio. Uma fotografia de uma pessoa registra o indivíduo e suas circunstâncias em um ponto no tempo. Geralmente, uma única fotografia não pode nos contar como aquela pessoa chegou nesta situação ou onde ele ou ela é destinada a ir. Entretanto, ao colar juntas muitas fotos tiradas em sequência, o cinema proporciona a oportunidade de observar o desdobramento da história de uma pessoa e assim as conexões que unem as fotografias individuais. Em um contexto estatístico, fotografias são o equivalente da análise transversal de diferenças individuais, em um ponto no tempo (...). A análise longitudinal de trajetórias desenvolvimentais é equivalente ao cinema.

Os autores frisam que, tal como o cinema, que põe em evidência os movimentos, em vez de momentos, as trajetórias desenvolvimentais evidenciam as conexões ao longo do tempo que

terão maior importância, enquanto não se tem um quadro muito detalhado dos momentos específicos. Precisamente por que analisa dinamicamente o comportamento delitivo e o insere no curso vital do indivíduo, a abordagem desenvolvimental se interessa pelo fenômeno da mudança dos padrões de conduta e, em particular, no conhecido fato de que, ao concluir a adolescência, a maioria dos jovens infratores abandona espontaneamente o comportamento delitivo (sem adentrar à criminalidade adulta).

O enfoque processual, dinâmico e evolutivo da perspectiva desenvolvimental permite uma explicação mais coerente deste fenômeno, o que não acontece nas abordagens tradicionais (MOLINA e GOMES, 2007). Pode-se afirmar que os estudos com essa perspectiva são os que têm oferecido a maior contribuição para a compreensão do fenômeno da participação de adolescentes em práticas de delitos/crimes, propiciando a elaboração de modelos teóricos complexos bastante consistentes (LE BLANC, 2002).

A proposição de uma teoria desenvolvimental: *A Regulação Pessoal e Social da Conduta na Adolescência*

A Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta na Adolescência, cujo autor principal é Marc Leblanc, integra o panorama das produções sob o enfoque da Criminologia Desenvolvimental. No grupo de pesquisa coordenado por esse professor da Universidade de Montreal, no Quebec/Canadá, a delinquência juvenil tem sido estudada por meio de uma abordagem longitudinal e transversal, desde 1972, empreendendo-se a avaliações multidimensionais, junto a grandes amostras da população e também de jovens judicializados.

A elaboração da mencionada Teoria teve como base a Teoria Sociológica do Vínculo Social, proposta por Hirschi (1969). A questão que norteou a elaboração desta, na contramão do que se enfatizava até então, consistia em indagar: por que as pessoas

respeitam as leis?. Focalizando também a adolescência, esse autor postulou a importância do vínculo social que teria como componentes: o apego que ocorre em relação a diversas pessoas, primeiro com as da família, passando pelas que ocupam posição de autoridade, chegando aos pares; o empenho referente à criação, para si, de um senso de obrigação em relação às atividades convencionais, sejam elas relacionadas à educação, à religião, à cultura, etc.; o investimento concernindo o tempo consagrado pelo indivíduo às diversas atividades convencionais; e as crenças no valor das normas sociais, o que subjaz a adesão a elas. A teoria proposta por Hirschi (1969) explica a conduta delituosa, na adolescência, a partir da adaptação social do indivíduo tendo por base esses componentes da regulação social do comportamento (*social control behavior*).

Le Blanc (1997) acresceu aos componentes sociais da regulação da conduta, postulados por Hirschi, um componente de natureza psicológica (que denominou *alocentrismo*). Este constituiria o regulador da adaptação pessoal. Ademais, dotou a teoria de uma perspectiva desenvolvimental, colocando no papel de variável dependente não o ato infracional em si, mas a trajetória infracional, ou seja, o constructo sintetizador dos diferentes tipos de participação das pessoas nas atividades infracionais/criminais, envolvendo de maneira articulada a frequência, o início, a duração, a ativação, o agravamento e a desistência.

A Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa se expressa na seguinte assertiva:

A conformidade com relação aos padrões de comportamento ocorre e persiste se, de um lado, um nível apropriado de alocentrismo está presente e os vínculos com a sociedade estão firmes e, se por outro lado, os circunscritores são apropriados e os modelos de comportamentos pró-sociais estão disponíveis. Essa regulação pessoal e social é condicionada pela capacidade biológica da pessoa e pela posição que ocupa na estrutura social (LE BLANC, 1997, p. 229).

A partir das definições apresentadas por Le Blanc (1997), os quatro mecanismos que operariam no plano da regulação da conduta são: a) os vínculos, compostos por dois componentes: o apego às pessoas e o comprometimento com as instituições (baseando-se na Teoria do Vínculo Social de Hirschi, 1969); o primeiro componente (apego ou afiliação às pessoas) constitui o elemento mais importante no impedimento ao engajamento em atos infracionais, pois quando uma pessoa é sensível à opinião dos outros, ela se sente na obrigação de seguir as normas que esses veiculam, e as internaliza; b) o alocentrismo, definido como sendo o movimento da pessoa ao que é diferente dela, a disposição de se orientar em direção aos outros e a capacidade de se interessar pelos outros e por eles mesmos, é o mecanismo regulador da conduta de natureza psicológica; c) os modelos pró-sociais são as influências de pessoas do meio social seguidoras das normas deste meio e o investimento nas atividades convencionais; d) os circunscritores, que podem ser internos ou externos, correspondem aos impedimentos que a própria pessoa incorpora das normas sociais e àqueles exercidos pela comunidade, que podem ser formais (polícia, por exemplo) ou informais (vizinhança, por exemplo).

Segundo Leblanc (2003), a regulação da conduta se daria pelas interações recíprocas entre esses quatro componentes, as quais seriam moduladas por determinados fatores como a idade, o sexo, o *status* socioeconômico, etc, que criariam o contexto da regulação.

Assim, o adolescente começa a infracionar e segue uma trajetória delituosa persistente se o estado egocêntrico prepondera (em contraponto ao estado allocêntrico), se o seu vínculo com a sociedade for fraco, os circunscritores inadequados (muitos constrangimentos externos e formais e insuficiências na oferta de atividades pró-sociais) e os modelos divergentes abundantes (em comparação aos modelos de comportamentos pró-sociais). Le Blanc (1997) sugere que os vínculos e o alocentrismo são os mecanismos mais estáveis da regulação da

conduta, porém atuam de maneira indireta, enquanto os modelos e circunscritores, mais suscetíveis a transformações no tempo, exercem influências mais diretas sobre o comportamento.

Nota-se que a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta na Adolescência possui algumas características fundamentais. Um delas, que merece ser sublinhada, é o fato de ser integrativa, no sentido em que aproveita e articula conceitos de outras teorias da Psicologia, da Criminologia e da Sociologia, para a construção de um modelo explicativo mais completo.

Em segundo lugar, ela é multidimensional, ou seja, o autor foi desenvolvendo, de forma articulada, as teorias que ele chamou de “meio alcance”, relacionadas a cada uma das instâncias de regulação social (atinentes às instituições de socialização dos adolescentes (a) A teoria da Regulação Familiar; (b) A teoria da Regulação Escolar; (c) A teoria da Regulação pelos Pares; (d) A teoria da Regulação pelas Atividades de Rotina e a Normativa) e a relacionada à instância da regulação pessoal da conduta (que explora os elementos do desenvolvimento psicológico e de personalidade associados às trajetórias persistentes de conduta infracional). Na concepção de Marc Leblanc, a regulação da conduta se daria não somente por uma mecânica geral, transcendendo as instituições responsáveis pela socialização do adolescente, mas em cada uma delas, de modo particular: família, escola, grupo de pares e as atividades de rotina (LEBLANC, 2003).

Em seguida, é necessário salientar sua natureza sistêmica, pois denotam-se as relações de sinergia (de influência mútua e simultânea entre os mecanismos) e relações retroativas (um mecanismo influencia outro em dado momento e, em momento posterior, o mecanismo que exerceu influência passa a ser alvo daquele que anteriormente influenciou). Os mecanismos se inter-influenciam. Se há comprometimentos no desenvolvimento do alocentrismo, por exemplo, resultam dificultados os vínculos com a sociedade, o apego

com as pessoas, o investimento nas atividades convencionais, o empenho em relação às instituições, a receptividade a regras sociais, bem como resulta facilitada a sensibilidade às influências não convencionais ou divergentes (LE BLANC, 1997). Ademais, o sistema de regulação é concebido como aberto, na medida em que troca energia com os outros.

Por fim, a outra característica fundamental, já mencionada, é a adoção da perspectiva desenvolvimental que permite discutir as mudanças e as continuidades na conduta, ao longo do tempo, pois considera o ordenamento temporal e as mudanças nos fatores causais com a idade. Cumpre assinalar que, por essa perspectiva desenvolvimental, pode-se pensar o fenômeno de acordo com a funcionalidade que determinados comportamentos podem desempenhar nas diferentes fases do desenvolvimento (PELLEGRINI, 1991).

Dessa maneira, o comportamento infracional pode ir se estabelecendo como um modo estruturado de funcionamento do indivíduo, de acordo com as consequências que esta estratégia de enfrentamento produz no meio em que atua. Os comportamentos em si podem modificar-se ao longo do desenvolvimento, mas podem permanecer estáveis no sentido da manutenção da função que exercem (PACHECO *et al*, 2005).

Uma extensão dos estudos coordenados por Leblanc, em articulação à Teoria, foi o desenvolvimento de um Modelo visando a avaliação e a intervenção junto a adolescentes infratores, considerando as diferenças que podem existir entre os jovens que, por conta de um ato infracional, devem se apresentar diante da justiça juvenil. Esse é denominado Modelo Integrado de Intervenção Diferencial (MIID) e se constitui por dois componentes: o primeiro, um sistema de avaliação dos jovens infratores, considerando a importância de saber o grau de engajamento infracional e o segundo constitui-se por um inventário de estratégias para selecionar objetivos e métodos de intervenção levando

em conta as diferenças detectadas, as quais remetem a necessidades de acompanhamento também diferenciadas (PICHÉ, 2006). O MIID vem sendo amplamente utilizado no Canadá (especialmente no Quebec) (PICHÉ, 2006).

As pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP) do Departamento de Psicologia, da FFCLRP-USP

O referencial teórico desenvolvimental e, especificamente, a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta na Adolescência, têm sido adotados para o desenvolvimento de investigações no contexto do GEPDIP, apesar do desafio que tal abordagem impõe aos delineamentos de pesquisa.

De forma geral, norteia os estudos a questão sobre se na realidade sociocultural brasileira verificam-se resultados coerentes aos principais apontamentos dessa perspectiva teórica. Dentro disso, uma das pesquisas levadas a cabo teve como um de seus objetivos descrever a atividade infracional de uma amostra de adolescentes judicializados entre os anos de 1998 e 2006, na Comarca de Ribeirão Preto – SP, para os quais se teve acesso às informações do total de processos referentes a cada um dos adolescentes. A meta era averiguar se se identificaria padrões condutuais, no contexto específico da Justiça Juvenil, como indicadores de “níveis diferenciados de engajamento infracional”, característicos do fenômeno em outras realidades socioculturais (D’ANDREA e BAZON, 2007; D’ANDREA, 2008; D’ANDREA e BAZON, 2009).

A investigação incidiu sobre 521 processos, correspondendo a 178 sujeitos e 560 infrações, equivalendo a 1,76% do total de processos registrados no período. Cumpre dizer que, do total, 477 processos eram referentes a 155 adolescentes do sexo masculino, os quais compreendiam 512 atos infracionais, tendo as análises focalizado mais esse grupo.

Os resultados principais indicaram que dos 155 adolescentes, 52 (34,0%) seriam primários no sistema (não reincidentes) e 103 (66,0%) reincidentes. Dos 103 sujeitos reincidentes, 30 (29%) teriam sido processados por 2 infrações e 73 (71%) por 3 infrações ou mais, até o máximo de 27 infrações, ou seja, o número de infrações registradas para cada reincidente variou de 2 a 27. Com base em análises de correlação entre algumas variáveis, encontrou-se correlação negativa robusta ($r = -0,72$; $p < 0,001$) entre a idade no primeiro boletim de ocorrência e o número de fatos processados, de modo a poder afirmar que um início precoce de contatos com o sistema de controle (polícia/justiça) se associaria a um número maior de processos na adolescência. Ademais, a idade no primeiro boletim de ocorrência também apresentou correlação negativa robusta ($r = -0,87$; $p < 0,001$) com a amplitude entre as idades no primeiro e no último boletins de ocorrência, indicando que quanto mais cedo o contato com o sistema maior a probabilidade de o adolescente ser processado por mais tempo, ao longo da adolescência (incremento da probabilidade de reincidências) (D'ANDREA, 2008¹).

Tais achados, entre outros aportes, colocaram em relevo a importância das variáveis frequência de delitos e, em especial, “momento de início da atividade infracional” ou, mais especificamente, “momento de entrada no sistema de justiça”, corroborando os estudos de abordagem desenvolvimental internacionais, que indicam que tais variáveis figuram entre as principais para identificação de adolescentes em mais alto risco de persistência. A literatura aponta que iniciar o referido comportamento logo no início da adolescência é indicador de maior probabilidade de continuidade do problema, diferentemente do início mais tardio, que indica maior probabilidade de desistência no início da vida adulta

¹ Para maior detalhamento, consultar a dissertação de mestrado **Delinquência juvenil**: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de carreiras disponível na íntegra no site <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-11112008-214800/pt-br.php>.

(MOFFIT, 1993; COTTLE, LEE e HEILBRUN, 2001; ELONHEIMO *et al*, 2007; ROISMAN, AGUILAR e EGELAND, 2004; FARRINGTON *et al*, 2006; VITARO, PEDERSEN, BRENDGEN, 2007; SLADE *et al*, 2008; LOEBER *et al*, 2008).

Moffitt e Caspi (2001) chegam a afirmar que a idade de início é o indicador principal que diferencia a trajetória persistente da trajetória limitada à adolescência.

Ademais, no nível individual, ter histórico de prática de atos infracionais reconhecidos e sancionados na justiça juvenil está entre os mais robustos preditores de reincidência, incluindo aspectos como idade da primeira condenação juvenil (quanto mais precoce, maior o risco) e o número de sanções privativas de liberdade anteriores (quanto mais elevado o número, maior o risco) (CARRA, 2001; OUIMET, 2009; HUSS, 2011). Nesse sentido, deve-se assinalar que ter infrações oficialmente conhecidas é relevante porque indicam processos que incrementam a probabilidade da persistência da conduta delituosa, provavelmente, pelo impacto negativo dos procedimentos institucionais, que geram rotulação e contextos específicos de socialização no âmbito das agências de controle, o que são reconhecidamente fatores associados ao problema (FARRINGTON, 2001; ANDREWS E BONTA, 2006; ANDREWS, BONTA e WORMITH, 2006; BONTA, 1997). Há indicativos de que cerca de 30 a 60% dos adolescentes que entram em contato com o sistema de justiça juvenil se envolverão com o sistema judiciário adulto (LANGAN & FARRINGTON, 1983; BLUMSTEIN *et al*, 1986 apud FRÉCHETTE e LE BLANC, 1987).

Na mesma linha de investigação, outro estudo realizado no GEPDIP (MATUSCHI, 2010) propôs-se investigar prospectivamente um grupo composto por 40 adolescentes que haviam cometido infrações e se encontravam na oitiva informal, no Ministério Público, no tocante à reincidência. Desse montante, vinte e quatro (24) não tinham histórico oficial de infrações anteriores, oito (8) tinham

histórico de uma (1) infração anterior oficialmente reconhecida, três (3) adolescentes tinham duas (2), e os demais tinham histórico de três (3) ou mais infrações.

Preconizou-se que a exposição a um conjunto determinado de fatores se associaria ao incremento da probabilidade de continuar infracionando e, por extensão, de voltar ao sistema de Justiça Juvenil. Empregou-se, de modo exploratório, o Instrumento *Youth Level of Service/Case Management Inventory-YLS/CMI*, um *checklist* construído com base em meta-análises sobre os principais preditores de reincidência infracional, para adolescentes, composto por 42 itens organizados em 8 sub-escalas: infrações atuais e anteriores, situação familiar/parental, educação/emprego, relação com pares, uso de drogas, lazer/recreação, personalidade/comportamento e atitudes/orientação (HOGE e ANDREWS, 2005).

Entre diversos resultados relevantes², destaca-se que os adolescentes investigados apresentaram diferentes níveis de risco atinentes à probabilidade de reincidência, sendo que todos os avaliados com estando em mais alto risco voltaram a infracionar (tendo novos processos num período de 6 a 12 meses depois), ao passo que os avaliados com estando em mais baixo risco não voltaram a infracionar no mesmo período. Os adolescentes judicializados seriam, portanto, diferentes entre si em termos vulnerabilidade, requerendo um acompanhamento diferenciado, no plano judicial e no das práticas de intervenção de ajuda.

Os resultados mostraram também que todas as sub-escalas do instrumento apresentaram boa capacidade preditiva, sendo as estatisticamente mais relevantes “atitudes/orientações”, “relação com pares” e “uso de álcool e outras drogas” e “infrações atuais e anteriores”. Cumpre frisar que o fator atinente a essa última sub-

² Para maior detalhamento, consultar a dissertação de mestrado MARUSCHI, M.C. (2010): **Avaliação de adolescente em conflito com a lei a partir dos conceitos de risco e necessidade associados à persistência da conduta infracional.**

escala, cujos indicadores são “estáticos”, ou seja, históricos - (a) ter três ou mais delitos anteriores; (b) ter duas ou mais falhas no cumprimento de medidas judiciais; (c) ter recebido medida de liberdade assistida anterior; (d) ter recebido medida de privação de liberdade anterior; (e) ter um ou mais delitos no processo em curso - não são suscetíveis à modificação. Todos os outros fatores inerentes às outras sub-escalas, entretanto, são maleáveis, ou seja, passíveis de modificação, reassegurando a convicção de que a intervenção, mesmo com jovens considerados em alto risco de reincidência, é possível e, por isso, fundamental na redução das chances de a atividade infracional continuar.

Visando aproximar-se da apreensão dos mecanismos de produção/manutenção da conduta delituosa na adolescência, segundo a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta, alguns estudos foram desenvolvidos e outros estão em andamento no GEPDIP. Concernindo especificamente o aspecto da adaptação pessoal, atinente aos mecanismos pessoais da regulação da conduta, os estudos de Pestana (2006) e de Panosso (2008)³, já concluídos, estabeleceram comparações entre grupos de adolescentes não infratores e infratores (submetidos a diferentes medidas socioeducativas), visaram averiguar a existência ou não de diferenças em determinadas características psicológicas. Para tanto, empregou-se instrumentos específicos de avaliação psicológica, em meio aos quais destaca-se o Inventário de Personalidade de Jesness e o de Humores Depressivos de Beck, ambos adaptados ao contexto sociocultural brasileiro.

³ Para mais detalhes ver PESTANA (2006) e PANOSSO (2008), sendo que essa última referência corresponde à dissertação de mestrado **Comparação da adaptação pessoal de adolescentes judicializados e não-judicializados**: a aplicação do inventário de personalidade de Jesness e de Eysenck e de humores depressivos de Beck disponível na íntegra no site <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-22052009-093103/pt-br.php>

De modo convergente, os resultados revelaram que, em média, os jovens infratores, independentemente da medida a que estariam submetidos, apresentariam *déficits* psicológicos que lhes conferia um funcionamento marcadamente mais egocêntrico (em oposição a um desenvolvimento allocêntrico). Isso concorreria para a existência de dificuldades de adaptação pessoal, tal como preconizado na referida teoria. Nesse plano, encontrou-se que os adolescentes judicializados tenderiam a “cortar-se” do mundo, o que acaba por se refletir em um sentimento enfraquecido de pertença ao grupo. Ao não se sentirem pertencentes ao grupo, manifestar-se-ia uma propensão para agir sem considerar o outro, sendo isso a manifestação da falta de empatia, que figura como variável importante para compreender o engajamento de adolescentes em condutas delituosas (LOVETT e SHEFFIELD, 2007).

No mais, em ambos os estudos, os adolescentes infratores se distinguiram dos não infratores por apresentarem níveis mais elevados de sintomatologia depressiva, corroborando estudos que colocam ser esse aspecto uma das mais preocupantes características dos adolescentes infratores. O estado depressivo se associaria ao desenvolvimento de outras problemáticas recorrentes em adolescentes infratores persistentes, como o uso abusivo de álcool e outras drogas, assim como à probabilidade de reincidência infracional (RITAKLIO *et al*, 2005).

Nos estudos cogitou-se a possível existência de uma dinâmica de retro-alimentação entre o isolamento socioemocional experimentado pelos infratores persistentes e o estado depressivo.

No presente momento, no contexto do GEPDIP, estão em desenvolvimento investigações específicas sobre a regulação pela família, pela escola e pelos pares⁴, focalizando, agora, os aspectos da adaptação social segundo o referencial adotado. Nesses estudos, tem-

⁴ Para mais detalhes ver DIB (2009); DA SILVA (2010); BAZON e ESTEVÃO (no prelo).

se adotado o delineamento de comparação entre grupos pareados de adolescentes, judicializados e não judicializados, avaliados por meio do emprego de questionários específicos, elaborados por Marc Leblanc e colaboradores, traduzidos e adequados semanticamente ao contexto sociocultural brasileiro.

Os resultados preliminares são interessantes e colocam em evidência, de maneira unívoca, o peso do mecanismo vinculação, nas diferentes esferas de socialização dos adolescentes. Posto de outro modo, os adolescentes infratores, judicializados, diferenciam-se dos outros adolescentes, sobretudo, pela fraca vinculação às pessoas e às instituições. Esta característica, em conjunto com os resultados até aqui obtidos, no tocante à adaptação pessoal, referentes à característica isolamento socioemocional (e estado depressivo), são coerentes entre si e reforçam o postulado básico da teoria, de acordo com o qual esses dois componentes da regulação mantém relação de causação recíproca e constituem-se nos mecanismos fundamentais do desenvolvimento do comportamento na adolescência (LE BLANC, 2003).

Considerações finais

O trabalho de acompanhamento/intervenção junto a adolescentes em conflito com a Lei é marcado historicamente por características negativas, em meio às quais se destaca a falta de sistemática do trabalho desenvolvido, devido a uma carência significativa de referenciais teóricos e metodológicos científicos específicos. De acordo com isso, paira no campo a impressão de uma ineficácia generalizada que, não raramente, é atribuída ao próprio adolescente, percebido como cada vez mais difícil, violento e resistente à intervenção.

Assim, considera-se imprescindível o investimento na produção de um conhecimento científico específico, adaptado ao contexto sociocultural brasileiro, capaz de orientar uma melhor

compreensão do fenômeno. Os esforços se justificam não só em nome da segurança pública, mas, sobretudo, no do direito dos adolescentes de receberem serviços sociais e jurídicos de boa qualidade. Nesse sentido, aponta-se a importância de dispor de procedimentos sistemáticos para a tomada de decisão sobre as medidas judiciais a serem aplicadas e a necessidade de ajustar o manejo da situação e as consequências para o próprio indivíduo, com vistas à obtenção de reais benefícios ao desenvolvimento do adolescente, considerando as evidências sobre a existência de diferenças individuais, em termos de trajetória de desenvolvimento da conduta infracional e da associação dessas aos fatores relacionados tanto à emergência como à sua manutenção ou não no tempo.

Focando tão somente as demandas que se apresentam no âmbito da Justiça, concernente aos adolescentes infratores, não se pode esquecer que, no Brasil, a partir do momento em que o jovem é considerado autor de um ato infracional, esse é avaliado de diferentes formas, por meio de métodos mais ou menos sistemáticos e, a partir daí, tomam-se decisões que afetam de forma radical sua vida. Assim, a possibilidade de conhecer fatores associados ao aparecimento e ao incremento da problemática do engajamento de adolescentes com atividades ilegais/infracionais pode orientar a identificação de jovens com perfis e necessidades de acompanhamento bastante diferentes, ainda que processados por delitos iguais. Esse conhecimento pode, igualmente, orientar a aplicação de medidas e a execução de programas eficazes, com vistas a evitar reincidência (prevenção secundária), bem como a proposição de políticas e programas que visem reduzir o aparecimento de novos casos em meio a indivíduos considerados vulneráveis (prevenção primária) (MARUSCHI, 2010).

No GEPDIP tem-se trabalhado para oferecer uma contribuição nesse campo, adotando-se as referências da Criminologia Desenvolvidora. Obviamente que a validação dos modelos teóricos adotados requer, ainda, muito mais investimento para que se possa

estabelecer conclusões para o nosso contexto sociocultural. Outros estudos devem focar amostras diversificadas e inúmeros outros aspectos postulados, que ainda não investigados e, sobretudo, deverá se enfrentar o desafio de realizar investigações com o delineamento longitudinal. De todo modo, considera-se que os primeiros resultados de que se dispõe são bastante estimulantes e constituem pistas relevantes que merecem continuar sendo investigadas.

Referências

ANDREWS, D. A.; BONTA, James. **The Psychology of criminal conduct**. 4th ed. Canadá: LexixNexis, 2006.

ANDREWS, D. A.; BONTA, James; WORMITH, J. Stephen. The recent past and near future of risk and/or need assessment. **Crime & Delinquency**, 52(1), 7-27, 2006.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, Mar. 2005.

BARBERET, Rosemary et al. **Self-Reported Juvenile Delinquency in England and Wales, The Netherlands and Spain**. Helsinki: HEUNI, 2004.

BAZON, Marina Rezende; ESTEVÃO, Ruth. Juvenile Criminal Behavior and Peers' Influences: A Comparative Study in the Brazilian Context. **Univ. Psycho**. Bogotá, Colombia. (no prelo)

BOERS, Klaus et al. Explaining the development of adolescent violent delinquency. **European Journal of Criminology**, 7(6) 499–520, 2010.

BONTA, James. (1997). **Offender rehabilitation: from research to practice**. Public works and government services Canada, 1997. Disponível em: <http://www.d.umn.edu/~jmaahs/Delinquency%20and%20Juvenile%20Justice/Community%20Corrections/bonta_effective_intervention.pdf>. Acessado em outubro de 2011.

CARRA, Cécile. **Delinquance Juvenile Et Quartiers Sensibles: Histoire De Vie**. Paris: L'Harmattan, 2001.

CARRINGTON, Peter; MATARAZZO, Anthony; DE SOUZA, Paul. Court Careers of a Canadian Birth Cohort. **Crime and Justice Research Paper Series**, no. 6. Ottawa: Canadian Centre for Justice Statistics, 2005.

COTTLE, Cindy; LEE, Ria; HEILBRUN, Kirk. The prediction of criminal recidivism in juveniles - A meta-analysis. **Criminal Justice and Behavior**, 28(3), 367-394, 2001.

DA SILVA, Jorge Luiz. **A Regulação da Conduta Delituosa pela Escola: Um Estudo Comparativo entre Adolescentes Judicializados e Não-Judicializados no Contexto Brasileiro**. Projeto de Pesquisa para o ingresso no Programa Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010.

D'ANDREA, Gustavo. **Delinquência juvenil**: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de carreiras. 140 f. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 14 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-11112008-214800/pt-br.php>>. Acessado em outubro de 2011.

D'ANDREA, Gustavo; BAZON, Marina Rezende. **Carreiras criminosas e trajetórias desenvolvimentais**: uma introdução à Criminologia de Abordagem Desenvolvimental. In: II Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, 2009, Ribeirão Preto. Anais da II Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, 2009.

_____. **Delinquência juvenil**: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de carreiras. In: X Seminário de Pesquisa - Programa de Pós-Graduação em Psicologia - de Psicologia e Educação Departamento FFCLRP-USP, 2007, Ribeirão Preto. X Seminário de Pesquisa - Livro de Resumos. Ribeirão Preto - SP: Editora Legis Summa Ltda., p. 108-108, 2007.

DIB, Marina Azôr. **A Regulação da Conduta Delituosa pela Família**: Um Estudo Comparativo entre Adolescentes Judicializados e Não-Judicializados no Contexto Brasileiro. Projeto de Pesquisa para o ingresso no Programa Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2009.

ELONHEIMO, Henrik et al. Police-registered offenses and psychiatric disorders among young males: the finish from a boy to a man birth cohort study. **Social psychiatry and psychiatric epidemiology**, 42(6): 477-84, 2007.

FARRINGTON, David. **What has been learned from self-reports about criminal careers and the causes of offending?** London: Home Office Online Report, 2001. Disponível em: <http://www.crim.cam.ac.uk/people/academic_research/david_farrington/srdrep.pdf>. Acessado em: Setembro de 2011.

FARRINGTON, David et al. **Criminal careers up to age 50 and life success up to age 48**: new findings from the Cambridge Study in Delinquent Development, 299 GR. BRIT. HOME OFF. RES. DEV. & STAT. DIRECTORATE 1, 4-5, 2006.

FRANCE, Alan ; HOMEL, Ross. **Pathways and crime prevention**: theory, policy, and practice. Cullompton: Willan, 2007.

FRÉCHETTE, Marcel; LE BLANC, Marc. **Délinquances et Délinquants**. Gaëtan Morin Éditeur, 1987.

HIRSCHI, Travis. **Causes of Delinquency**. Berkeley, CA: University of California Press, 1969.

HOGUE, Robert; ANDREWS, Don. **Youth Level of Service / Case Management Inventory: User's Manual**. Canadá: Mult-Health Systems Inc, 2005.

HUSS, Stephen. **Race, Religion, and Punitiveness in the Criminal Justice System**. APSA 2011 Annual Meeting Paper. Available at SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=1901441>>. Acessado em Outubro de 2011.

JENSEN, Gary F. Criminology, Historical Development. **Encyclopedia of Criminology**. Richard A. Wright (Editor). Fitzroy Dearborn Publishers, 2003.

LANGAN, Patrick; FARRINGTON, David. **Two-track or one-track justice? Some evidence from an English longitudinal survey**. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 74, 519-546, 1983.

LE BLANC, Marc. **A Generic Control Theory of the Criminal Phenomenon: The Structural and the Dynamical Statements of an Integrative Multilayered Control Theory**. In T.P. Thornberry, *Developmental Theories of Crime and Delinquency*. *Advances in Theoretical Criminology*, 7: 215-286. New Brunswick: Transaction, 1997.

_____. The Offending Cycle, Escalation and De-escalation in Delinquent Behavior: A Challenge for Criminology. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**. Spring 2002, Vol. 26, No 1, 2002.

_____. Trajetórias de delinquência comum, transitória e persistente: uma estratégia de prevenção diferencial. IN I. Alberto (org.) **Comportamento Antissocial: Escola e Família** (p. 31-80). Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003.

LE BLANC, Marc; FRÉCHETTE, Marcel. **Male Criminal Activity, from Childhood through Youth: Multilevel and Developmental Perspectives**. Springer-Verlag, New York, 1989.

LE BLANC, Marc; LOEBER, Ralf. Developmental Criminology Updated. In M. Tonry (Ed.), **Crime and Justice**, Vol. 23, p.115-198, Chicago: University of Chicago Press, 1998.

LOEBER, Ralf; LE BLANC, Marc. Toward a developmental criminology. In M. Tonry, & N. Morris (eds.), **Crime and Justice: An Annual Review**, 13: 1-98, Chicago: University of Chicago Press, 1990.

LOEBER, Ralf et al. **Tomorrow's Criminals: the development of child delinquency and effective interventions**. Farnham: Ashgate, 371 p., 2008.

LOVETT, B.; SHEFFIELD, R. A. Affective empathy deficits in aggressive children and adolescents: A critical Review. **Clinical Psychology Review**, 27, 1-13, 2007.

MARUSCHI, Maria Cristina. **Avaliação de adolescente em conflito com a lei a partir dos conceitos de risco e necessidade associados à persistência da conduta infracional**. 124 f. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2010.

MOFFITT, Terrie. **Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy**. *Psychological Review* 100:674-701, 1993.

MOFFITT, Terrie; CASPI, Avshalom. **Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females**. *Development and Psychopathology*, 13:355-375, 2001.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos; GOMES, Luiz Flávio. Introdução aos Fundamentos Teóricos em Criminologia. In A G-P Molina & L F Gomes, **Criminologia**, São Paulo: RT, 2007.

OUIMET, Marc. *Ralentissement économique et criminalité: Tendances et perspectives*, Ministère de la sécurité publique du Québec, 2009.

PANOSSO, Ivana Regina. **Comparação da adaptação pessoal de adolescentes judicializados e não-judicializados: a aplicação do inventário de personalidade de Jesness e de Eysenck e de humores depressivos de Beck**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2008.

PACHECO, Janaína et al. Estabilidade do comportamento antissocial na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, 55-61, 2005.

PELLEGRINI, Ana Maria. Tendências no estudo do desenvolvimento motor. In: **Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa: as ciências do desporto no esporte da língua portuguesa**, 1. Porto: Universidade do Porto. p. 369-378, 1991.

PESTANA, Paulo F. Facioli. **Adaptação Pessoal e Social de Adolescentes: um estudo de indicadores de personalidade por meio de Inventários Psicológicos**. Relatório de pesquisa apresentado à Comissão de Pesquisa da FFCLRP- USP, como uma das obrigações relativas à participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC/USP/CNPq, 2006.

PICHÉ, M. **Guide to Intervention in Youth Probation**. Québec, 2006. Disponível em: <<http://intranetreseau.rtss.qc.ca>> Acessado em Agosto de 2011.

PIQUERO, Alex et al. Trajectories of Offending and Their Relation to Life Failure in Late Middle Age: Findings from the Cambridge Study in Delinquent Development. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, 47(2) 151 –173, 2010.

RITAKALLIO, M. et al (2005). Brief report: Delinquent behaviour and depression in middle adolescence: a Finnish community sample. **Journal of Adolescence**, 28 (1), 155-159, 2005.

ROISMAN, Glenn; AGUILAR, Benjamin; EGELAND, Byron. Antisocial behavior in the transition to adulthood: the independent and interactive roles of developmental history and emerging developmental tasks. **Developmental and Psychopathology**, 16, 857-871, 2004.

SLADE, Eric et al. **Impacts of age of onset of substance use disorders on risk of adult incarceration among disadvantaged urban youth: a propensity score matching approach**. Drug Alcohol Dependence, 95, 1-13, 2008.

TREMBLAY, Richard Ernest; NAGIN, Daniel. The developmental origins of physical aggression in humans. In R. E. Tremblay, W. W. Hartup, & J. Archer (Eds.), **Developmental origins of aggression** (pp. 83 – 106). New York: Guilford Press, 2005.

VASSALO, Suzanne et al. **Patterns and Precursors of Teenage Anti-Social Behaviors**. Paper presented at The Role of Schools in Crime Prevention Conference, Melbourne, 30 September-1 October 2002.

VITARO, Frank; PEDERSEN, Sara; BRENDGEN, Mara. Children's disruptiveness, peer rejection, friends' deviancy, and delinquency: A process-oriented approach. **Development and Psychopathology**, 19 (2), 433-453, 2007.

ZARA, Georgia; FARRINGTON, David. Childhood and Adolescent Predictors of Late Onset Criminal Careers. **J Youth Adolescence**. 38:287–300, 2009.